

POLÍTICA

# CONSTITUINTE

**O ministro Oscar Dias Correa, do Supremo Tribunal Federal, acha que é hora de parar de mudar a Constituição. Mas já que ela vai ser mudada, líderes sindicais e vereadores estudam a melhor maneira de influir.**

**O ministro do STF está temeroso. E desaprova a Constituinte.**

O ministro Oscar Dias Correa, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que aquela corte acompanha entre "temerosa e confiante" os acontecimentos da política nacional. Em palestra no III Ciclo de Conferências sobre a Constituinte, promovido pela OAB-DF, o ministro afirmou que, neste momento, a Constituinte é inoportuna e justificou: "Estou maduro demais para me entregar a devaneios e miragens e, menos ainda, para render-me a slogans e chavões".

Correa disse que o fato de haver, a esta altura, 24 emendas constitucionais, além da de número 1, de 1969, não serve de fundamento para a convocação de uma Constituinte e lembrou que os Estados Unidos, com uma Constituição de 200 anos, em vez de Constituintes, preferiram dar "flexibilidade real" ao seu texto rígido, admitir-lhe a "interpretação extensiva", chegando à autêntica "mutação constitucional" num trabalho de exegese aperfeiçoada à realidade emergente. "Entre nós, não" — asseverou. "Antes que se comprovem os efeitos da aplicação, já substituímos o texto inaplicado".

Em sua palestra, o ministro do Supremo salientou que o silêncio (do Supremo), imposto pelo exercí-

cio de sua missão, não significa concordância com os desvios, abusos ou excessos que se praticam. "Ele invalida-os, e pune os transgressores quando lhe chegam ao exame e julgamento, o que não pode fazer quando não assumem a formulação exigida por lei para que deles conheça e os julgue."

Em nome do Tribunal Federal de Recursos, o ministro presidente Lauro Leitão afirmou que a Assembléia Nacional Constituinte não irá resolver imediatamente os problemas da fome, "mas irá dotar o País de uma Constituição moderna", que represente os sentimentos da maioria do povo. "Daí porque sempre se diz que a Constituição é a expressão, ou deve ser a expressão da soberania popular, da qual o povo é titular por direito natural."

Segundo o ministro Leitão, o povo tem em suas mãos os instrumentos para, através da escolha dos seus representantes, "adotar a forma de Estado que quiser, a forma de governo que lhe aprouver, o sistema de governo que desejar". O magistrado defendeu a convocação da Constituinte e salientou que a Carta Magna brasileira precisa ser mudada porque ela vem sendo contestada por todos os segmentos da sociedade.

O desembargador Luís Vicente Cernicchiaro, do DF, professor da cadeira de Direito Penal da Uni-

versidade de Brasília, destacou a importância deste verdadeiro plebiscito nacional para se extrair o entendimento médio majoritário de como a sociedade brasileira pretende enfrentar os seus problemas. Para ele, esse aval é imprescindível, porque, se a sociedade não estiver de acordo com as normas elaboradas pelo Legislativo, essa dissonância irá provocar atritos que levarão a consequências catastróficas.

Outro fator levantado por Cernicchiaro, que se traduz na aspiração de grande parte da magistratura nacional e dos advogados, é a autonomia financeira desse poder. Segundo o desembargador, ao elaborar seu próprio orçamento, o Judiciário teria condições de, conhecendo antecipadamente as necessidades do exercício financeiro, não ficar em falta com as necessidades muitas vezes primárias.

**Vereadores de todo o País querem opinar na nova Constituição**

O XXII Encontro Nacional dos Vereadores, promovido pela União dos Vereadores do Brasil, foi aberto ontem no Centro de Convenções, em Brasília. Falando em nome da entidade que representa 47 mil vereado-

res brasileiros, o presidente da entidade, vereador Paulo Silas (Taboão da Serra-SP), disse que "nós não estamos de olhos fechados para as grandes questões nacionais. O primeiro passo foi a conquista da Nova República — disse ele — que precisa ser reforçada para cumprir as promessas feitas em praça pública".

Silas disse que "a luta maior hoje para selar com êxito esta primeira etapa do governo de transição democrática no País é a conquista de uma Constituinte verdadeiramente livre, soberana e democrática, precedida do fim de todo o entulho autoritário". O presidente da UBV, ao informar que o tema do encontro é "O Vereador na Constituinte", mostrou que até ontem cerca de 3 mil vereadores estavam inscritos, cabendo ao Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais as maiores delegações.

Representando o presidente da República, participou também da abertura do encontro o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. Ministros, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vice-prefeitos, presidentes de partidos políticos, entidades nacionais e cerca de três mil vereadores participaram da solenidade.

A partir de hoje, serão iniciados os trabalhos, através de painéis de debates. O primeiro painel

será sobre "A Constituinte e a Democracia", com a presença do professor Afonso Arinos, presidente da Comissão Pré-Constituinte do Poder Executivo, do governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, entre outros políticos. O governador de São Paulo, Franco Montoro, deverá participar de outro painel, hoje à tarde, juntamente com deputados e senadores e do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

**Uma frente sindical, para eleger constituintes.**

O V Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (Enclat), que reuniu até ontem, em Porto Alegre, 1.084 líderes sindicais do Rio Grande do Sul, decidiu aprovar a formação de uma frente suprapartidária de trabalhadores rurais e urbanos. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre e membro da Comissão Coordenadora Unitária, Adão Haggstram, essa frente servirá para "neutralizar a ação do empresariado organizado" e eleger o maior número possível de representantes da classe à Assembléia Nacional Constituinte.

Do encontro saiu também a decisão de apoiar a tese de que a

Constituinte deverá ser exclusiva (eleita e dissolvida após a elaboração da nova Constituição) e formada preferencialmente por candidatos avulsos (sem comprometimento partidário) para, no entender dos participantes, "ser isenta de interesses pessoais ou ideológicos, em benefício dos trabalhadores".

Nesse sentido, o Enclat aprovou a proposição de licitar a "unificação de linguagem" e de propostas dos candidatos-trabalhadores à Constituinte, de forma que eles superem pelos argumentos, segundo Haggstram, "o poder econômico da classe patronal", que irá concorrer. E acrescentou: "Iremos usar todos os meios possíveis para hegemizar a Assembléia".

A tese de que a Constituinte deve ser exclusiva é apoiada também por 76% da população da capital gaúcha, segundo uma pesquisa do Departamento de Pesquisa e Análise de Mercado da Rede Brasil Sul de Comunicações, publicada na edição de ontem do jornal Zero Hora. A pesquisa, feita por amostragem através de 521 entrevistados, indica que somente 24% dos habitantes de Porto Alegre concordam com a formação da Constituinte pela eleição de deputados e a inclusão de senadores já eleitos, à base de dois por Estado, com poderes legislativos, após a elaboração do texto constitucional.

O V Enclat determinou ainda que os setores sindicais urbanos se reúnam com os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado para a elaboração de um plano de ação conjunta em favor da reforma agrária. Segundo Haggstram, o consenso é de que "os trabalhadores urbanos devem ajudar os rurais a pressionar o governo para que execute o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apesar da campanha contrária dos latifundiários".

A partir desta semana, os líderes sindicais urbanos passarão a estudar, com as lideranças trabalhadoras rurais, fórmulas de mobilização internacional do trabalho, que estabelece a possibilidade de pluralidade sindical — criação de mais de um sindicato para uma mesma categoria com base local comum, a exemplo do que já acontece nos Estados Unidos.